
Jornalistas no front: a importância da preparação de repórteres na cobertura de conflitos armados¹

Natália Xavier COELHO²

Daniela Osvald RAMOS³

Elizabeth SAAD⁴

Resumo

Os correspondentes de guerra surgiram no século XIX e, desde então, a profissão se disseminou, construiu uma ética própria e se tornou indispensável para a busca da garantia de direitos humanos em conflitos armados. Assim, o presente trabalho pretende compreender o papel dos jornalistas atuando em conflitos armados, incluindo sua origem e suas particularidades, e entender a importância da segurança física e psicológica de tais profissionais enquanto realizam sua cobertura. Para isso, foram utilizados autores como Ben Saul (2008) e Antônio Brasil (2012), além de documentos do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e informações do Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ). Por fim, o trabalho apresenta manuais e treinamentos possíveis para jornalistas que estão se preparando para tal estilo de cobertura.

Palavras-chave

Segurança; Jornalismo; Conflitos Armados; Correspondente de Guerra

Introdução

A profissão de correspondente de guerra teve início no século XIX, mas não é considerada ultrapassada, muito menos obsoleta, pelo contrário. Com o aumento de conflitos internacionais e globalizados, principalmente com o avanço das novas mídias, os jornalistas que estão preparados para cobrir conflitos armados - seja ele qual for - são considerados atores importantes na garantia dos direitos humanos e na garantia da democracia. Entretanto, mesmo com diversos amparos legais que garantem proteção aos profissionais - como o status de prisioneiro de guerra para correspondentes de guerra -, é necessário um amparo mais amplo para garantir a saúde física e psicológica dos profissionais da mídia, que incluem uma participação não só de órgãos internacionais, mas da sociedade civil, dos governos e das próprias redações.

Para compreender o cenário, primeiro foi necessária uma pesquisa bibliográfica e documental para entender a atuação dos jornalistas em conflitos armados, sejam eles

¹Trabalho apresentado no GP11 - Comunicação, Mídia e Liberdade de Expressão, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Mestranda da ECA/USP, email: natalia.coelho@usp.com

³Professora Titular da ECA/USP, email: dramos@usp.br

⁴Professora Titular da ECA/USP, email: bethsaad@gmail.com

correspondentes, freelancers ou *stringers*⁵. A mesma metodologia foi utilizada para avaliar as consequências físicas e psicológicas de tal profissional ao exercer a cobertura de conflitos armados. Por fim, a pesquisa tem como objetivo teórico sugerir soluções que possam garantir maior preparo teórico e prático para profissionais de comunicação que estejam se preparando para coberturas dos conflitos armados atuais.

A atuação de jornalistas em conflitos armados

Em meio a conflitos armados, sejam eles guerras civis ou locais, ou combates mais amplos, a presença do jornalismo é necessária, considerando que inclusive as próprias situações poderiam não chegar ao conhecimento do público mais amplo e mundial sem os meios de comunicação. Segundo Zahoor e Said (2021), um dos papéis cruciais do jornalismo é informar a gravidade do conflito tanto para o público quanto para decisores políticos e atores. Essa informação se torna mais importante não só por dar parâmetros para organização internacionais, mas porque os países se tornam mais responsáveis “pelas suas ações porque os civis são mais capazes de defender a ajuda humanitária ou acabar com conflitos” (Alshdaifat; Hayajneh, 2021, p. 99, tradução nossa⁶).

Assim, muitas vezes saindo de seus países para a cobertura de guerra, jornalistas se encontram muitas vezes imersos em culturas e idiomas diferentes, de forma que é necessário um maior conhecimento acerca da situação, que inclui informações sobre taxa cambial, geopolítica internacional, crise humanitária e, principalmente, do Direito Internacional Humanitário (DIH). Assim, considera-se que

o jornalista que atua no setor internacional, seguramente se depara com uma imensidão de informações acerca de conflitos armados e, em alguns casos, poderá trabalhar in loco em teatros de operações bélicas. Diante disso, o ensino do Direito Internacional Humanitário será um importante instrumento em seu labor. (Krieger, 2002, p. 292).

O primeiro correspondente de guerra registrado na história da imprensa foi o irlandês William Howard Russell. Ao enviar relatórios sobre a Guerra da Crimeia - conflito ocorrido entre 1853 e 1856 entre o Império Russo e o Império Otomano, Império Francês, Reino Unido e Reino da Sardenha -, Russell também detalhava as condições da

⁵Stringer são jornalistas que possuem um contrato mais longo com o contratante. Normalmente são naturais da região do conflito e, por isso, conseguem acessar espaços que outros jornalistas podem não conseguir e possuem menos barreiras por conhecer o idioma e a cultura, além de muitas vezes possuírem conexões maiores com os cidadãos, podendo ter novos ângulos do conflito Purnachandar; Thalladi, (2023).

⁶Countries are more accountable for their actions because civilians are more able to defend humanitarian aid or end conflicts.

população durante o conflito, que incluíam pouco apoio médico e o surto da cólera. A sua cobertura inclusive foi responsável por inspirar uma missão médica, a Florence Nightingale na Crimeia, que foi necessária para reformular as respostas a crises humanitária - de forma que o jornalismo praticado por Russell também é considerado como jornalismo humanitário (Bunce; Scott; Wright, 2019).

O “sucesso” da cobertura foi tamanho que Russell chegou a cobrir outros conflitos, como a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (EUA) e a Guerra Franco-Prussiana. Mas foi na Guerra Civil norte-americana (1861-1865) que o uso de correspondentes de guerra virou uma prática disseminada pelos veículos de comunicação, quando o New York Herald enviou 63 homens para o campo de batalha, e o New York Times (NYT), 20. Ainda, o fotógrafo Mathew Brady marcou presença no conflito e empregou-se o telégrafo em larga escala. “Como resultado, a cobertura da Guerra Civil foi mais imediata do que nunca – o público podia ler o que havia acontecido a quilômetros de casa, no dia anterior” (Moretti, 2004, p. 93).

Entretanto, Moretti (2004) destaca que muitos dos jornalistas enviados a campo estavam mais interessados em construir conteúdos impactantes do que em compromisso com a verdade, com pouca ou nenhuma ética jornalística, relatos sensacionalistas, exagerados e até inventados. Ainda sim, os repórteres se tornaram espécie de “estrelas” e chegaram inclusive a não serem mais apenas jornalistas, mas sim funcionários a serviço do governo em prol de espionagem.

A Era de Ouro dessa categoria de jornalistas foi entre 1865 e 1914. Rapidamente, o correspondente se tornou o herói de suas próprias histórias, contando-as com toda a cor e intensidade. O crédito ‘Do nosso correspondente’ foi eliminado e substituído pelo nome do próprio repórter. Meio malucos, meio aventureiros, viajavam em cavalo, jegue, camelo, de esquí, de navio ou de trem para onde fosse; carregavam cartas de crédito, peças de ouro e, como não poderia deixar de ser, um par de pistolas sempre carregadas. Alguns deles chegaram inclusive a servir ao Ministério das Relações Exteriores de seus países como espiões e informantes. (Moretti, 2004, p. 93-94)

O ponto de virada ético no jornalismo de guerra foi na Guerra do Vietnã, quando jornalistas começaram a questionar seriamente a natureza ética de suas coberturas - com destaque para os fotógrafos de guerra - que muitas vezes focavam em atrocidades e cenas de violência que não necessariamente se tratavam de informativas. (Knightley, 2004).

Segundo Saady (2022), para manter a ética da produção, o jornalista deve considerar se publicar a matéria será mais prejudicial do que não publicá-la - e conteúdos que glorificam a violência, com fotos de corpos identificáveis são conteúdos que não

devem ser considerados para publicação. Ainda, para determinar se o conteúdo é publicável ou não, é possível fazer três considerações: 1) se a cobertura é essencial; 2) quais os danos para os sobreviventes; e 3) se o conteúdo vai de acordo com a responsabilidade do jornalista. “Ao mesmo tempo, há a política da justiça. Você não está lá para fazer as pessoas chorarem por causa do conflito, você precisa que as pessoas saibam o que fazer, [como] agir [e] qual é a situação” (Saady, 2022, p. 4).

Dentro do campo do jornalismo de guerra - atrelado historicamente ao jornalismo internacional (Kuhn, 2005) - também é necessário salientar que há diferenças na definição entre correspondentes internacionais, enviados especiais e outras categorias que podem definir os jornalistas que atuam em conflitos armados. Os correspondentes internacionais seriam os jornalistas mais tradicionais e que fazem coberturas regulares em regiões que não a da sede do veículo. Geiss (2010) ainda ressalta que um correspondente de guerra, inserido dentro da definição do Direito Internacional Humanitário, é obrigatório possuir um credenciamento oficial, que é expedido pelas forças armadas.

Já os enviados especiais são os profissionais que são deslocados para determinada cobertura. Segundo Kuhn (2005, p. 3), “geralmente, é um jornalista com prestígio dentro da empresa de comunicação. São conhecidos como os grandes repórteres, porque devem ser capazes de ver a guerra como ela é e comunicar isso da forma mais objetiva possível, apesar das restrições muitas vezes impostas”.

Também há *stringers* e freelancers, que são colaboradores que não são contratados formalmente pelos veículos, mas que atuam de forma remunerada a partir de cada cobertura realizada. Também atuando em zonas de guerra e conflitos armados, estão jornalistas independentes, que primeiro produzem os conteúdos e depois comercializam junto aos veículos. Por fim, as agências internacionais são produtoras tradicionais de conteúdo que firmam contratos com outros veículos ou assinantes de serviços (Agnez, 2015).

O correspondente de guerra possui autorização para acompanhar as forças armadas, “usavam uniformes, tinham status de oficial e respondiam ao chefe da unidade das Forças Armadas da qual faziam parte” (Balguy-Gallois, 2004, p. 3), ou seja, são formalizados para estarem em conflitos armados. Geiss (2010) vai ainda mais longe e conceitualiza a diferença entre jornalistas e propriamente correspondentes de guerra, a partir da Terceira Convenção de Genebra (ONU, 1949) e o artigo 79 do Protocolo Adicional.

Os jornalistas e outros profissionais de comunicação correm um alto risco de estarem sujeitos a detenções arbitrárias por supostas razões de segurança. É aí que a distinção entre "correspondentes de guerra" (Artigo 4º A (4) da Terceira Convenção de Genebra) e "jornalistas" (Artigo 79 do Protocolo Adicional) é importante. Ambos são reconhecidos como civis, mas apenas os correspondentes de guerra têm direito ao status de prisioneiro de guerra. Os correspondentes de guerra estão formalmente autorizados a acompanhar as forças armadas. Em virtude da proximidade de sua relação, quando capturados, lhes é concedido o mesmo status jurídico dos membros das forças armadas. Os correspondentes de guerra, portanto, se beneficiam das proteções da Terceira Convenção de Genebra e seus complementos no Protocolo Adicional I e no Direito Internacional Consuetudinário (Geiss, 2010, p. 2).

Vale ressaltar que, mesmo que o jornalista não seja formalmente “correspondente de guerra”, ainda sim pode obter alguma forma de proteção, visto que a lista não é exclusiva a outras categorias. Assim, considera-se que os jornalistas se encontram amparados pela legislação internacional. “Qualquer jornalista ou pessoal dos meios de comunicação social, mesmo que não seja especificamente classificado como ‘correspondente de guerra’ no sentido antigo, teria direito a proteção se, de outra forma, satisfizesse as condições” (Saul, 2008, p. 103).

Ainda, o Repórter Sem Fronteiras, organização fundada em 1985, “qualquer ataque deliberado a um jornalista que cause a morte ou lesões físicas graves constitui uma violação grave deste Protocolo e é considerado um crime de guerra” (RSF, 2002, p. 2, tradução nossa⁷).

Assim, por estarem presentes onde a notícia está e por fazerem seu trabalho seguindo um código de ética, os jornalistas possuem um papel importante na cobertura de conflitos armados.

Contudo, considerando que os jornalistas são extremamente úteis como parte do mecanismo que garante a implementação das regras de guerra quando faltam a maioria dos outros meios de aplicação, essa proteção é muito importante. É muitas vezes através dos relatos dos jornalistas que as práticas desumanas nas guerras são divulgadas ao resto do mundo e a sua função de transmitir notícias àqueles que estão fora de um determinado conflito pode muitas vezes conduzir à condenação pela opinião mundial de certos métodos de guerra ou um certo estado de coisas (Detter, 2000, p.323, tradução nossa⁸).

⁷Any deliberate attack on a journalist that causes death or serious physical injury is a major breach of this Protocol and deemed a war crime.

⁸However, considering that journalists are extremely useful as part of the machinery which ensures the implementation of the rules of war when most other means of enforcement are lacking, such protection is most important. It is often through the reports of journalists that inhuman practices in wars are made known to the rest of the world and their function of transmitting news to those outside a particular conflict may often be conducive to the condemnation by world opinion of certain methods of warfare or a certain state of affairs.

Entretanto, considerando que os jornalistas possuem um papel importante para a difusão de tal conhecimento, que pode muitas vezes expor práticas desumanas e contra o direito internacional humanitário (DIH), não é incomum que autoridades tentem “silenciar” a informação que lhes seja negativa, de forma que se questiona os limites de um jornalista para conseguir a notícia e como sua segurança física e psicológica deve ser prioridade.

Segurança física e psicológica de jornalistas em conflitos armados

Com o aumento do interesse público pela notícia que envolve conflitos armados e guerra, incluindo questões críticas, o correspondente de guerra muitas vezes se vê “obrigado” a obter informações a qualquer preço, e quanto maior e mais divulgado o conflito é, mais interessante e relevante ela se tornará para o público, o que também se torna positivo para o jornal, agência ou portal. “Quanto maior for a escala do conflito, mais interessante ele se tornará para o público. Isto obriga os correspondentes a quebrarem as regras de segurança, a obterem diversas informações arriscando as suas próprias vidas, o que por sua vez leva a bons salários e fama” (Menteshashvili, 2020, p. 84).

Dessa forma, questiona-se como a segurança física e psicológica do jornalista e dos profissionais da comunicação são vistas e consideradas como necessárias tanto pela sociedade civil quanto pela acadêmica, e até quanto vale um jornalista se arriscar pelo furo ou pela notícia, considerando que ele, quando trabalhando em reportagens em zonas de guerra ou outras áreas associadas a violência armada, pode se expor a sério perigos.

Muitas vezes a morte do jornalista no conflito ocorre devido à ausência de uma formação especializada e diferenciada para estar presente no conflito, que podem incluir diversas habilidades, como a capacidade psicológica-física e de defesa (Menteshashvili, 2020). Saul (2008, p. 101, tradução nossa⁹), explica que

as mortes de profissionais dos meios de comunicação social em conflitos podem ser atribuídas a diversas causas, desde a execução deliberada de jornalistas à má formação e preparação por parte dos órgãos de comunicação social, à assunção de riscos imprudentes e à pura má sorte. A implementação e aplicação inadequadas do direito internacional existente aplicável aos jornalistas em conflitos armados e outras situações perigosas podem muito

⁹Media casualties in conflict can be attributed to various causes, from the deliberate execution of journalists to poor training and preparedness by media organizations, reckless risk-taking and sheer bad luck. Inadequate implementation and enforcement of the existing international law applicable to journalists in armed conflict and other dangerous situations may well be of greater significance than any normative deficiencies in the law itself.

bem ser de maior importância do que quaisquer deficiências normativas na própria lei.

Segundo o Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ, 2024), entidade independente fundada em 1981, pelo menos 2.322 jornalistas e trabalhadores da mídia foram mortos entre 1992 - início da base de dados da organização - e 2023, seja por assassinato, mortos no fogo cruzado ou devido a tarefas perigosas.

Em 2024, até o dia 1º de junho, 33 jornalistas e trabalhadores da mídia foram mortos. Grande parte das mortes (28) ocorreu em Israel e no “território ocupado da Palestina”, como define a própria organização, em meio ao conflito entre Israel e o grupo Hamas, iniciado no dia 7 de outubro, em decorrência de um ataque do Hamas. Também apenas em 2024, 67 jornalistas se encontram desaparecidos, sendo dois oriundos de Israel e Palestina (CPJ, 2024).

Segundo o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (2012), em cartilha destinada a distribuir informações e outros modos de assistência a jornalistas em missões perigosas, “todos os anos, jornalistas são PRESOS, FERIDOS, MORTOS ou simplesmente desaparecem durante o trabalho” (CICV, 2012, p. 3). Por isso, a organização garante a execução de certas ações que pretendem fornecer amparo para o jornalista em tal situação:

- Desaparecimento: tentar obter informações das partes em conflito ou qualquer outra fonte;
- Transmitir a informação à família uma vez que as autoridades responsáveis pela detenção (que poderão ser ou não um governo) tiverem confirmado sua captura, prisão ou morte. O CICV também poderá transmitir a informação às autoridades do país do jornalista e à(s) associação(ões) de imprensa, somente se a família concordar;
- Cativo ou detenção: solicitar permissão para um delegado do CICV visitar o jornalista, acompanhado de um médico, se necessário;
- Possibilitar que o jornalista mande notícias para sua família, possivelmente por meio de mensagens Cruz Vermelha, que são coletadas e enviadas ao destinatário;
- Quando o jornalista for solto: repatriá-lo(a), se não houver outro intermediário. (CICV, 2012, p. 6).

Entretanto, apesar do amparo legal e internacional, “a proteção jurídica dos jornalistas que trabalham em zonas de conflito é adequada em teoria, devido às declarações da ONU, mas na realidade não é respeitada” (Høiby; Ottosen, 2019, p. 84, tradução nossa¹⁰), principalmente considerando jornalistas freelancers. Por não terem um

¹⁰The legal protection of journalists at work in conflict zones is adequate in theory, owing to UN declarations, but in reality it is not respected.

amparo tão abrangente de uma redação ou agência, vão sem equipamentos adequados e sem o treinamento necessário para os conflitos armados, muitas vezes em zonas de maior risco e por reportagens que serão vendidas a preços subfaturados.

A ausência de coerência entre a proteção de jornalistas na teoria e na prática também é ressaltada pelo Repórter Sem Fronteiras (2002), que indica que os atores dos conflitos cada vez menos respeitam as leis. Assim, compreende-se que, por mais que haja um amparo legal que proteja correspondentes de guerras e outros jornalistas, inclusive como civis, quando observada a situação na prática, o amparo jornalístico se prova não ser suficiente nem praticado, o que prejudica a segurança dos profissionais, que possuem papel importante na cobertura de conflitos.

Ainda, é necessário considerar que a segurança dos jornalistas deve ser considerada também após o conflito. Ainda, Menteshashvili (2020) destaca, a partir de um estudo, que jornalistas que trabalham em zonas armadas são três vezes mais propensos a sofrer de stress e a desenvolver problemas de saúde mental. Ainda, muitas vezes os jornalistas acabam apresentando transtornos sociais e depressão, consomem antidepressivos e mais álcool. Apenas uma parte continua trabalhando de forma saudável e com sucesso.

Esses transtornos muitas vezes se relacionam com um trauma, considerado como “experiência de sofrimento psicológico grave após a exposição a uma situação terrível ou com risco de vida. Normalmente, esses cenários envolvem morte, ferimentos, violência sexual ou a ameaça dessas coisas” (McMahon; Lyall, 2024, p. 6).

Uma forma de trauma psicológico é o “trauma vicário”, considerado como uma exposição indireta a cenários de violência que podem afetar as pessoas tanto quanto uma exposição direta.

O trauma vicário pode ser induzido pela exposição relacionada ao trabalho a situações que um jornalista não vivenciou diretamente, mas que envolvem envolvimento imersivo com o conteúdo – por exemplo:

- Visualizar ou editar material gráfico que retrate ferimentos ou morte.
 - Ver imagens, vídeos ou outros materiais ameaçadores nas redes sociais.
 - Ouvir relatos de sobreviventes ou vítimas de acontecimentos traumáticos.
 - Cobrindo casos judiciais angustiantes.
 - Trabalhar em histórias de justiça social que envolvam maus-tratos.
- (McMahon; Lyall, 2024, p. 6, tradução nossa¹¹)

¹¹Vicarious trauma can be induced by work-related exposure to situations that a journalist did not directly experience but that involve immersive engagement with the content—for example:

- Viewing or editing graphic material that depicts injury or death.
- Viewing threatening images, videos, or other material on social media.
- Listening to accounts from survivors or victims of traumatic events.
- Covering harrowing court cases.

Um caminho para tentar evitar tais questões é construir resiliência, caracterizada como um processo não constante nem genético de conseguir se manter firme em meio a experiências difíceis e que pode ser um caminho para superar tais traumas. Não é necessariamente individual, de forma que pode ser alcançada por meio de questões coletivas - como se sentir parte de um time ou por meio de dinâmicas de grupo -, mas também pode ser cultivada por meio da crença de um propósito e da habilidade de visualizar diferentes perspectivas (muitas vezes relacionada à capacidade de empatia).

É mais provável que os jornalistas mantenham a resiliência em tarefas relacionadas com traumas quando se sentem capazes de fazer bem o seu trabalho. As dimensões para isto incluem ter formação adequada, tempo adequado para descanso e recuperação e fé de que a organização como um todo tem a capacidade de navegar eficazmente em dilemas práticos e éticos. Se alguém se sente pessoalmente preso a uma questão específica, é importante saber que há outras pessoas a quem se pode recorrer para obter apoio e aconselhamento. (McMahon; Lyall, 2024, p. 9, tradução nossa¹²).

Dessa forma, compreende-se que cabe à sociedade civil, aos governos, aos órgãos internacionais e às próprias redações - independente do jornalista ser freelancer ou CLT - fornecer um suporte ao profissional, seja ele de treinamento antes da ida ao conflito - como simulações, incentivo à exercícios e controle de estresse - como após - o que pode incluir acompanhamento psicológico e psiquiátrico para lidar com o trauma, principalmente por parte das redações (RSR, 2002).

Ainda, também se considera que cabe aos jornalistas terem bom senso e consciência de que não há notícia que vale sua vida e que os profissionais se protejam em clima de guerra ou de conflitos armados, pois “cada jornalista morto ou neutralizado pelo terror é um observador a menos da condição humana. Todo ataque distorce a realidade, criando um clima de medo e autocensura”. (James, 2002, p. 7, tradução nossa¹³). Além de terem um papel indispensável na cobertura de conflitos armados, eles também possuem a responsabilidade em se manterem vivos e seguros fisicamente e psicologicamente.

Preparação para o conflito

• Working on social justice stories that involve maltreatment.

¹²Journalists are most likely to retain resilience on trauma-related assignments when they feel able to do their job well. Dimensions to this include having appropriate training, adequate time for rest and recovery, and faith that the organization as a whole has the capacity to navigate practical and ethical dilemmas effectively. If one is feeling personally stuck on a particular issue, it is important to know there are others one can turn to for support and advice.

¹³Every journalist killed or neutralized by terror is an observer less of the human condition. Every attack distorts reality by creating a climate of fear and self-censorship

Tendo em vista as consequências físicas e psicológicas para o jornalista durante e após a cobertura do conflito, é necessário revisar as possibilidades existentes de treinamento, estudo e preparação para o profissional que se dispõem para a cobertura de guerra.

Um exemplo de preparação para conflitos armados que podem ser úteis para jornalistas são os manuais de organizações que estão disponíveis de forma on-line.

Voltado para a cobertura de guerra russo-ucraniana, o manual “Leading resilience: working with journalists in Ukraine” traz uma literatura vasta sobre diversos temas que podem ser importantes para jornalistas que estão se preparando para a cobertura de conflitos. Entre eles, estão técnicas para controle de estresse e outras emoções enquanto cobrindo violência, melhores formas de responder a riscos, visões sobre a importância da mídia nos conflitos, técnicas de construção de violência, informações sobre traumas etc (McMahon; Lyall, 2024).

Já o “News Organization Safety Self-Assessment” traz ferramentas de autoavaliação para identificar e aprimorar as práticas e protocolos de segurança que podem afetar os jornalistas em conflito e as redações. A autoavaliação não é só para o profissional jornalista de uma empresa, mas para as redações e freelancers (Acos Alliance, 2024).

Outro exercício pouco usado, mas que pode otimizar a busca pela resiliência por parte de jornalistas é o uso de simulações de eventos extremos. Mesmo para estudantes, as simulações possuem o “potencial de preparar melhor os jornalistas em formação e ajudá-los a aderir às normas e práticas éticas para reportar sobre trauma e violência” (Bradley *et al.*, 2024, p. 232).

A prática de simulação de como agir em diversas situações de perigo é inclusive incentivada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU). A instituição indica que editores também encorajam os profissionais que recebam formação em ambientes hostis, em treinamentos que podem levar dias e que são supervisionados por soldados. Durante as simulações, os jornalistas aprendem diversos conhecimentos que serão importantes durante a cobertura de conflitos armados, que incluem reconhecer minas, se movimentar em áreas perigosas e simulações de sequestro (Unesco, 2017).

Tais simulações são conhecidas como “Hostile Environment and First Aid Training” (Hefat) ou “Hostile Environment Awareness Training” (Heat). Em português:

“treinamento de ambiente hostil e primeiros socorros de emergência” e “treinamento de conscientização sobre ambiente hostil”, respectivamente.

Entretanto, tais treinamentos não são acessíveis, podendo custar até 2 mil dólares por pessoa. O preço se deve ao uso de atores, pirotecnia, muitas vezes veículos militares e até helicópteros (Filer, 2009). Ainda, alguns autores questionam os Hefats atuais, considerando que é necessária uma atualização em suas práticas, considerando que o treinamentos são muitas vezes pensados apenas para homens brancos. Dessa forma, autores ainda avaliam que há uma falta de Hefats voltados especificamente para jornalistas negros, indígenas, não binários, queer, deficientes e neurodivergentes. (Pixley, 2024).

Entretanto, a falta de diversidade já é endereçada pelo International Women’s Media Foundation (IWMF), organização que tem como foco jornalistas mulheres e não binários. Entre os treinamentos, estão inclusos tópicos como segurança digital, autodefesa, reação a tiroteios, cuidado emocional, sequestro, manifestações civis, entre outros.

A IWMF está empenhada em ajudar a melhorar a capacidade dos jornalistas de reportarem com segurança num mundo cada vez mais complexo e a melhorar a sua consciência situacional, autodefesa e competências em primeiros socorros. Desde 2014, organizamos 50 cursos de treinamento em ambientes hostis e primeiros socorros (HEFAT) que treinaram mais de 700 jornalistas de diversos meios, veículos e níveis de experiência. Os treinamentos presenciais do HEFAT normalmente duram quatro dias, com pelo menos 50% do curso focado no treinamento por meio de cenários práticos e realistas (IWMF, 2024, p. 1, tradução nossa¹⁴).

Outras organizações também continuam promovendo Hefats, como a Fundação 2402, iniciativa ucraniana que foi lançada no início da invasão russa no país, em fevereiro de 2022. A organização ainda promove Hefats a partir de realidade virtual, baseados em dois cenários: conflito civil e segurança digital, que pretende garantir uma experiência de trabalhar durante agitações civis e para proteger informações em caso de ameaças reais e pressão psicológica (Foundation 2402, 2024).

¹⁴The IWMF is committed to helping improve the ability of journalists to report safely in an increasingly complex world, and improve their situational awareness, self-defense and first aid skills. Since 2014, we have organized 50 Hostile Environment and First Aid Training (HEFAT) courses that have trained more than 700 journalists from diverse mediums, outlets, and levels of experience. In-person HEFAT trainings typically last four days, with at least 50 percent of the course focused on training through practical, realistic scenarios.

Assim, compreende que os Hefats ainda são utilizados como treinamentos efetivos para jornalistas em conflitos armados, e que estão se atualizando, inclusive voltados para as novas guerras do século XXI, como a guerra russo-ucraniana.

Considerações Finais

Considerando a importância da cobertura internacional para a manutenção dos direitos humanos e da democracia em nações em situação de conflito armado, a presença do jornalista se torna importante para garantir a presença de um jornalismo ético e que consiga contribuir para que o conflito não vá contra o direito internacional humanitário. Entretanto, considerando que a presença do profissional é necessária e até indispensável, é preciso repensar os protocolos de segurança para que o profissional não precise arriscar sua vida pela notícia.

Tendo em vista que as legislações de proteção atuais não são necessariamente o suficiente - e que na prática a situação é diferente -, é necessário repensar formas adicionais de envolver todos os atores de um conflito, além das redações e agências de notícia - para garantir suporte ao profissional antes, durante e após a cobertura de guerra. Tais contribuições podem incluir treinamento em redações, como simulações de situações em que o jornalista poderá enfrentar -, acompanhamento psicológico, apoio entre governos e maior participação dos órgãos internacionais, como o CIVIC e o CPJ.

Ainda, destaca-se a necessidade de manuais e de simulações atualizadas e voltadas para públicos diversos, visto que não são apenas mais homens brancos héteros que se encontram em situações de perigo, mas também mulheres, negros, LGBTQIAPN+, o que pode causar novas ameaças, considerando tais grupos como minoritários e passíveis de outros tipos de violência.

Referências bibliográficas

ACOS ALLIANCE. News Organizations Safety Self-Assessment. [S.,l]: **Acos Alliance**, 2024. Disponível em: <https://www.acosalliance.org/safety-management>. Acesso em: 20 set. 2024.

AGNEZ, Luciane Fassarella. O jornalismo internacional entre mudanças e permanências. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [Santa Catarina], v. 12, n. 2, p. 314-328, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2015v12n2p314>

ALSHDAIFAT, Shadi; HAYAJNEH, Ahmad. Media in Armed Conflicts: Is It Still a Good Idea?. **Law, State and Telecommunications Review**, v. 13, n. 2, p. 89-120, 2021.

BRADLEY, Lisa, *et al.* "All Rise": Immersive Dramatic Performance Techniques to Build Resilience in Trainee Court Reporters. In: BRADLEY, Lisa; HEYWOOD, Emma. **Journalism as the fourth emergency service**. Nova York: Peter Lang, 2024. p. 231-240.

BRASIL, Antônio. A construção da imagem do Brasil no exterior. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, pp. 775-794, set./dez 2012.

BUNCE, Mel; SCOTT, Martin; WRIGHT, Kate. Humanitarian Journalism. **Oxford Research Encyclopedia of Communication**, Oxford, RU, 2019.

CICV. Como o direito internacional humanitário protege os jornalistas em situações de conflito armado. Entrevista feita com Robin Geiss. Brasília: **CICV**, 2010. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/interview/protection-journalists-interview-270710.htm>.. Acesso em: 20 maio 2024.

CICV. Linha Direta: assistência aos jornalistas em missões perigosas. Brasília: **CICV**, 2012. Disponível em: <https://shop.icrc.org/hotline-assistance-for-journalists-on-dangerous-assignments-647.html>. Acesso em: 20 maio 2024.

CPJ. Explore CPJ's database of attacks on the press. [S,l]: **CPJ**, 2024. Disponível em: <https://cpj.org/data>. Acesso em: 30 maio 2024.

DETTER, Ingrid. **The Law of War**. Cambridge: University Press, 2000.

FILER, Shaun. **Managing Hostile Environments**. Journalists and Media Workers: Learning to Survive the World's Difficult, Remote and Hostile Environments. 2009. 139f. Dissertação (Mestrado em Arte) - Curso de Jornalismo, Universidade de Queensland, Brisbane, 2009.

FOUNDATION 2402. Safety training for journalists using vr: work in war conditions. **FOUNDATION 2402**, [Kiev], 2024. Disponível em: <https://2402.org/#rec645795706>. Acesso em: 15 set. 2024.

HØIBY, Marte; OTTOSEN, Rune. Journalism under pressure in conflict zones: A study of journalists and editors in seven countries. **Media, War & Conflict**, v. 12, n. 1, p. 69-86, 2019.

IJNET. Dicas sobre ética para jornalistas que cobrem conflitos. Entrevista feita com Abeer Saady. Washington: **IJNET**, 2020. Disponível em: <https://ijnet.org/pt-br/story/dicas-sobre-%C3%A9tica-para-jornalistas-que-cobrem-conflitos>. Acesso em: 20 maio 2024.

IWMF. Physical Safety and Hostile Environment Training. Washington: **IWMF**, 2024. Disponível em: <https://www.iwmf.org/programs/hefat-training/>. Acesso em: 17 set. 2024.

JAMES, Barry. **Press freedom: safety of journalists and impunity**. Paris, FR: UNESCO, 2002.

KNIGHTLEY, Phillip. **The first casualty**. Londres: André Deutsch, 2003.

KRIEGER, César Amorim. A consolidação do **Direito Internacional Humanitário**: precedente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a contribuição definitiva da convenção de Roma de 1998. 2002. 329 f. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

KUHN, Adriana. A história dos correspondentes brasileiros de guerra e sua relação com o poder estatal e militar. In: ENCONTROS NACIONAIS, 3., 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

MCMAHON, Cait; LYALL, Kimina. Leading resilience: a guide for editors and news managers - working with journalists in Ukraine. [S,l]: **Dart Center, Acos Alliance**, 2024.

MORETTI, Marco Aurélio Morrone. A ética no jornalismo: o jornalismo em tempos de guerra. **ReMark-Revista Brasileira de Marketing**, [s.l.], v. 3, p. 89-102, 2004.

ONU. III GENEVA CONVENTION RELATIVE TO THE TREATMENT OF PRISONERS OF WAR OF 12 AUGUST 1949. Genebra: **ONU**, 1949. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.32_GC-III-EN.pdf. Acesso em 18 maio 2024.

PIXLEY, Tara. Rethinking “Hostile” Environments: Toward Trauma Literacy and Identity-Aware Safety Training for Journalists. In: BRADLEY, Lisa; HEYWOOD, Emma. **Journalism as the fourth emergency service**. Nova York: Peter Lang, 2024. p. 231-240.

PURNACHANDAR, P.; THALLADI, Satish Kumar. Stringers' News Reporting Responsibilities: Their Crucial Role in Journalism. **International Journal of Multidisciplinary Research in Science, Engineering and Technology**, Chennai, v. 6, p. 2476-2481, 2023.

RSF. Charter for the Safety of Journalists Working in War Zones or Dangerous Areas. [S,l]: **RSF**, 2002. Disponível em: https://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/cjfe/pages/1479/attachments/original/1439686829/charter_en.pdf?1439686829. Acesso em: 30 maio 2024.

SAUL, Ben. The international protection of journalists in armed conflict and other violent situations. **Australian Journal of Human Rights**, Sydney, v. 14, n. 1, p. 99-140, 2008.

UNESCO. Global Education Monitoring Report 2020: inclusion and education: all means all. Paris: **Unesco**, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243986>. Acesso em: 21 set. 2024.

ZAHOR, Musharaf; SADIQ, Najma. Media and Armed Conflicts: An Overview. **NUST Journal of International Peace & Stability**, [s.l.], p. 70-80, 2021.